

RELATÓRIO EVIDENCIANDO DA ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO COM PARECER ATINENTE À ADMINISTRAÇÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL, EXERCÍCIO 2021, NOS TERMOS DO ARTIGO 2º. INCISO III, B DA RESOLUÇÃO 1.134/20; RESOLUÇÃO 1.142/2021; e IN 18/2021 DO TCE/RS

O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO da Prefeitura Municipal de Santo Ângelo, representado pela Unidade Central de Controle Interno – UCCI, nos termos da Lei Municipal nº. 3.631/2012 e alterações; da Constituição Federal art. 31 e 74; da Resolução 1.134/2020, art. 2º, Inciso IV, alínea b; e nos termos das demais resoluções acima elencadas, discorre:

I – Controle e Responsabilidades

- a) Os membros da Unidade Central de Controle Interno do Município foram nomeados conforme portaria nº 84/SG/2017 e portaria nº 003/SG/2020;
- b) A responsabilidade pelo Sistema de Controle Interno do Município cabe à Administração do Executivo Municipal com base na legislação acima referida;
- c) A responsabilidade no controle de cada setor é hierarquicamente de cada chefia e solidariamente pessoal de cada agente público que exerce cargo ou função no município e no legislativo, nos termos do que dispõe a Carta Magna no parágrafo 1º do art. 74;
- d) A responsabilidade da Unidade Central do Controle Interno reside na coordenação técnica dos setores, entidades e poderes, no que se refere à orientação quanto à instituição de rotinas internas, à observância dos princípios de controle interno, o inter-relacionamento entre os controles que compõem o sistema, a análise dos controles quanto à relação custo-benefício e quanto à auditoria de verificação dos controles já instituídos.

II – Atividades da Unidade Central de Controle Interno

A Unidade Central de Controle Interno no exercício financeiro de 2021, no que se refere ao Poder Executivo, realizou, entre outras, as seguintes atividades:

- Acompanhamento da execução orçamentária;
- Verificação e acompanhamento quanto à classificação e utilização dos limites dos créditos orçamentários;
- Acompanhamento na aplicação constitucional de gastos com educação e saúde;
- Acompanhamento da classificação contábil das contas financeiras, patrimoniais e de controle;
- Acompanhamento do inventário do Almoxarifado e Patrimônio;
- Verificação Integração Dívida Ativa/Contabilidade;
- Acompanhamento das receitas e despesas, bem como verificação quanto aos lançamentos por Transferências e Recursos Vinculados;
- Acompanhamento nas adequações do Plano de Contas Aplicado à Administração Pública;
- Acompanhamento da folha de pagamento e despesas com pessoal;

- Acompanhamento do vencimento das férias, convocações de férias e Licença Prêmio vencidas e não gozadas;
- Acompanhamento das Obrigações por Competência: 13º Salário, Férias e Licença Prêmio;
- Verificação de diárias e adiantamentos;
- Verificação no que se refere à idoneidade dos documentos;
- Verificação dos processos de licitações e execução de contratos - Licitacon;
- Verificação e orientação em todas as secretarias, nas mais diversas áreas e assuntos;
- Verificações dos convênios firmados entre o Município e as OSC's, através da Lei 13.019/2014 - Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, bem como as Prestações de Contas;
- Verificações dos contratados de repasses e convênios do Governo Federal através do SICONV;
- Verificações através do sistema de controle de frotas do município: monitoramento, consumo de combustíveis, diário de bordo e manutenção;
- Atendimentos ao TCE/RS nos pedidos de informações, questionários e denúncias, bem como auxílio nas auditorias in-loco;
- Verificação e assinatura nos processos de aposentadorias (SAPIEM);
- Verificação e assinatura dos contratos temporários (SIAPES);
- Verificação e assinatura de admissões por Concurso (SIAPES/WEB);
- Verificação e assinatura na Prestação de Contas ao TCE/RS (SIAPC-PAD);
- Assinatura na Folha de Pagamento (RDI);
- Elaboração e assinatura da Manifestação Conclusiva do Controle Interno (MCI);
- Acompanhamento e assinatura do SICONFI referente dados enviados para STN;
- Elaboração mensal de relatórios de atividades encaminhados para o Prefeito Municipal;
- Relatório do Legislativo Municipal em separado.

III – Manifestação conclusiva sobre o cumprimento da Lei Complementar 101/2000, com ênfase no previsto nos incisos II a VI do art. 59 da referida norma.

I – Atingimento das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias

As metas previstas no PPA 2018/2021 foram realizadas na maioria de acordo com o previsto no que diz respeito em específico ao exercício de 2021, grande parte das ações foram executadas em conformidade com o disposto na LDO e foram poucas aquelas executadas parcialmente ou não executadas, a regra foi a execução de acordo com o planejamento, sendo que as execuções parciais ou não execuções, foram apenas algumas exceções, pois dificilmente a execução se dá na plenitude em acordo com a previsão da LDO, no transcorrer do exercício que se refere, na maioria das vezes surgem situações supervenientes que alteram as metas e prioridades dos serviços públicos, o que ocasiona a modificação, ou até o adiamento de alguns projetos para outro exercício financeiro.

As metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias para o exercício de 2021, que deram base para o orçamento do Executivo no ano em análise foram cumpridas conforme Lei Orçamentária Anual do Exercício:

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Total do Orçamento Consolidado Atualizado com Suplementação e Redução

Orçamento inicial previsto no exercício de 2021 (consolidado) foi de **R\$ 256.000.000,00** (Duzentos e cinquenta e seis milhões) e com as suplementações resultou em **R\$ 299.556.946,56**, (Duzentos e noventa e nove milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, novecentos e quarenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos).

A Receita efetivamente arrecadada em relação à previsão atualizada no orçamento de 2021 foi no valor de **R\$ 275.859.290,63** (Duzentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, duzentos e noventa reais e sessenta e três centavos) representando 7.76% a maior que o inicialmente previsto. A diferença na arrecadação a maior ocorreu nas Receitas Correntes e Correntes Intra-Orçamentárias, já a arrecadação das Receitas de Capital ficou menor que a prevista, abaixo demonstrado:

Receita Prevista/Realizada

Dotação Inicial da Receita Prevista Consolidada	256.000.000,00
Arrecadação da Receita	275.859.290,63
Arrecadação a maior que a prevista	19.859.290,63
Receita Corrente Prevista	240.115.500,00
Receita Corrente Arrecadada	269.650.913,75
Receita Corrente Arrecadada a maior	29.535.413,75
Receita de Capital Prevista	15.884.500,00
Receita de Capital Arrecadada	6.208.376,88
Receita de Capital Arrecadada a menor	(9.676.123,12)
Dotação Inicial da Receita Prevista Prefeitura	211.520.000,00
Arrecadação da Receita	235.317.019,88
Arrecadação a maior que a prevista	23.797.019,88
Dotação Inicial da Receita Prevista RPPS	44.480.000,00
Arrecadação da Receita	40.542.270,75
Arrecadação menor que a prevista	(3.997.729,25)

A Receita Arrecadada no Exercício de 2021, superou a previsão inicial em R\$ 19.859.290,63 (Dezenove milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, duzentos e noventa reais e sessenta e três centavos); a **receita corrente** arrecadada no exercício de 2021 superou a receita prevista em R\$ 29.535.413,75, (Vinte e nove mil, quinhentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e treze reais setenta e cinco centavos); e a **receita de capital** ficou abaixo da prevista no valor de R\$ (-) 9.676.123,12 (Nove milhões, seiscentos e setenta e seis mil, cento e vinte e três reais e doze centavos). **Sendo assim**, verificamos aumento na Receita Corrente Arrecadada e diminuição na Receita de Capital, devido a não realização da execução de obras que estavam previstas no

orçamento, e consequentemente a não liberação de valores referente Operações de Créditos.

Despesa Prevista/Realizada

A despesa total empenhada no exercício de 2021 foi no valor de R\$ 275.859.290,63, (Duzentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, duzentos e noventa reais e sessenta e três centavos) incluindo o superávit e todos os Recursos Vinculados:

Valores Município Consolidado	
Total Dotação Despesas Inicial	256.000.000,00
Total Dotação Atualizada	285.057.846,56
Valores Prefeitura	
Dotação inicial	202.020.000,00
Dotação atualizada	245.577.846,56
Empenhado no Exercício	235.317.019,88
Liquidado no Exercício	200.803.405,13
Valores do RPPS	
Despesa Inicial Prevista	39.480.000,00
Dotação Atualizada	39.480.000,00
Despesas Empenhadas + Superávit	40.542.270,75
Despesas Liquidadas	35.835.402,62
Despesa Corrente Inicial Prevista	209.111.500,00
Dotação Atualizada	246.135.045,28
Despesas do Exercício	224.406.087,76
Despesa de Capital Inicial Prevista	26.528.500,00
Dotação Atualizada	38.129.401,27
Despesas do Exercício	18.370.969,47

BALANÇO PATRIMONIAL

Resultados Acumulados no Patrimônio Líquido

RES ACUMULADO EXERCÍCIO		PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Consolidado	309.138.367,94	518.166.072,36
Prefeitura	310.597.005,59	418.129.261,25
RPPS	(1.458.637,65)	100.036.811,11

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Resultado Patrimonial no Exercício 2021	
Consolidado	82.554.329,62
Prefeitura	85.918.925,46
RPPS	(3.364.595,84)

As Variações Patrimoniais no Exercício resultaram em R\$ 85.918.925,48 (oitenta e cinco milhões, novecentos e dezoito mil, novecentos e vinte e cinco reais e quarenta e oito centavos), sendo na prefeitura 82.554.329,62 (Oitenta e dois milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e vinte e nove reais e sessenta e dois centavos) no RPPS (-)3.364.595,84 (Três milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e noventa e cinco reais e oitenta e quatro centavos negativos) onde se evidencia a utilização de recursos não suficientes ingressados no fundo.

II – Limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar

Operações de Crédito

De acordo a LRF 101/2000, art. 54, e alínea “d” do inciso I, art 55, demonstrado através do Relatório (modelo 9) demonstrativo dos limites – RGF. As Operações de Crédito Internas e Externas que foram comprometidas no valor de 3.007.391,73, (Três milhões, sete mil, oitocentos e trezentos e noventa e um reais e setenta e três centavos), valor este excluído pelo PAD, atendendo o limite legal máximo conforme resolução do Senado Federal nº. 43/2001, artigo 7º é de 16%. Não foram utilizados Operações de Crédito por Antecipação de Receita – ARO.

Inscrição em Restos a Pagar

De acordo com a LC 101/2000, art 54, e alínea “b”, inc. III, art 55, foram inscritos no encerramento do exercício de 2021, em restos a pagar o valor de R\$ **20.337.849,41**, (Vinte milhões, trezentos e trinta e sete mil, oitocentos e quarenta e nove reais e quarenta e um centavos), valor este inscrito em Restos a Pagar Processados com suficiência financeira.

Salientamos que não houve inscrição de restos com insuficiência no exercício de 2021, atendendo assim a gestão do governo no exercício.

III – Medidas adotadas para o retorno das despesas total com pessoal ao respectivo limite, nos termos do art. 22 e 23 da LRF

Atendendo a LRF 101/2000, art 54, e alínea “a”, inciso I, art 55, o índice apurado no exercício de 2021 foi de **49,22%**, da receita corrente líquida, cumprindo com todos os requisitos legais.

GASTOS COM DESPESAS DE PESSOAL	
Total RCL	R\$ 228.216.365,48
Total Despesas c/pessoal	R\$ 112.334.011,00

Cabe salientar que o acréscimo referente ao índice de gastos com despesas de pessoal, deriva das alterações e modificações promovidas pela L.C. 178/2020, que alterou os arts. 18, 19 e 20 da LRF/2001.

IV – Providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução do dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites

Atendendo a LRF 101/2000, art. 54, e alínea “b”, inciso I, art. 55. A aplicação deste inciso sobre o endividamento do município representam 0,35%, sobre a receita corrente líquida, previstos no Inciso III do parágrafo 1º do art. 59 da LRF e Inciso II do art. 3º da Resolução 40/2001 do Senado Federal.

V - Destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta lei Complementar:

No exercício de 2021 não houve ingresso de recursos obtidos com alienação de ativos, e assim atendidas as disposições previstas na Constituição e na Lei Complementar 101/2000.

DAS CONCILIAÇÕES BANCÁRIAS

Referente a regularidade e tempestividade das Conciliações Bancárias, conferem de acordo as verificações realizadas e a emissão do Boletim de Tesouraria.

DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS DOS AGENTES PÚBLICOS

A guarda referente as Declarações de Bens e Renda dos Agentes Públicos, estão de acordo o exigido na Resolução TCE/RS, nº 963/2012 e realizado pela Unidade de Pessoal.

DA REALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO DE BENS PATRIMONIAIS, SEUS RESULTADOS E PROVIDÊNCIAS

De acordo com a Ata de Encerramento do Inventário de Bens no exercício de 2021, entregue a UCCI, a mesma foi elaborado atendendo ao art.96 da lei 4.320/64, com ressalvas que estão sendo verificadas. Na Demonstração das Variações Patrimoniais, verificamos a Valorização e Ganhos/Desvalorização e Perda de Ativos, com Resultado Patrimonial no período de R\$ 82.554.329,62 (Oitenta e dois milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e vinte e nove reais e sessenta e dois centavos)

DA CONFIABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Município possui integração dos diversos sistemas que compõe as informações com o Sistema Contábil, atendendo todas as exigências legais e pertinentes, as quais são mensalmente conferidas e ajustadas com base em decisões e configurações que se fizerem necessário em relação as informações.

**DO CUMPRIMENTO DAS DECISÕES DO TCE/RS NO EXERCÍCIO DA
PRESTAÇÃO DE CONTAS INDEPENDENTE DO ANO DO PROCESSO**

Foram atendidas e cumpridas no exercício de 2021, Decisões do TCE/RS, n.º 024877-0200/20-3 e 024862-0200/21-6, bem como, foi realizado a quitação referente as Certidões Decisão de Título Executivo n.º 0320 e 0321/2020; e 0052/2021.

**PARECER ATINENTE À ADMINISTRAÇÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL,
NOS TERMOS DO ARTIGO 2º. INCISO III, B DA RESOLUÇÃO 1.134/2020;
RESOLUÇÃO 1.142/2021 e IN 18/2021 DO TCE/RS**

Em nossa análise, diante da atuação dos controles internos levados a efeito pela Unidade Central de Controle Interno - UCCI, sobre a execução orçamentária, financeira e contábil, referente ao atingimento das metas estabelecidas, no que diz respeito às contas do Exmo. Sr. Prefeito Municipal, durante o exercício de 2021, representaram adequadamente, em seus valores relevantes a posição de 31 de dezembro de 2021, de acordo com os demonstrativos acima e demais documentos contábeis levantados.

O Executivo também cumpriu com os demais quesitos quanto a regularidade e confiabilidade das demonstrações: Conciliações Bancária; Inventário de Bens Patrimoniais; Demonstrações Contábeis; Cumprimento das Decisões de Tribunal de Contas prolatadas no exercício correspondente; da Guarda das Declarações de Bens e Renda.

Diante do exposto, confere-se a regularidade dos registros.

Santo Ângelo, RS, 22 de fevereiro de 2021.

Iloide Maria Hentges
Contadora CRC/RS-064603/0-4
Coordenadora UCCI